

**Inclusão social através do jornal:  
O discurso da deficiência e as deficiências do discurso<sup>1</sup>**

Suellen Gonçalves VIEIRA<sup>2</sup>

Ariane Carla PEREIRA<sup>3</sup>

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

## RESUMO

Esta pesquisa levou em conta a complexa e longa busca pela igualdade social, reconhecendo o papel da mídia nesse processo. Optou-se pelo grupo das pessoas com deficiência e o *corpus* de análise selecionado foi o jornal impresso Folha de Londrina. Foram analisados todos os textos que abordavam a temática publicados nos meses de fevereiro e março de 2009, tendo como alicerce Foucault e as suas discussões acerca da ordem do discurso. Sem pretender encontrar soluções para os problemas, a esperança é que os meus questionamentos apontem para novas inquietações, na tentativa de contribuir para que se exerça a cidadania de um modo geral. Através das projeções tidas na análise, arrisco-me a supor que a igualdade só será efetivamente (e inconscientemente) alcançada quando a ideologia antiga da exclusão e também a (nova?) da inclusão deixarem de existir.

**PALAVRAS-CHAVE:** mídia; discurso; deficiência; inclusão; exclusão.

## Introdução

Nesse estudo, proponho-me a analisar textos jornalísticos que tratem da temática deficiência. A partir da análise, objetivo revelar a função da mídia na construção e veiculação da imagem da pessoa com deficiência. Escolhi trabalhar com o tema inclusão porque tal manifestação social – que é contemporânea – vem sendo defendida entre os mais variados setores da sociedade, inclusive pela mídia – que exerce enorme influência através de seus discursos, tecendo imagens e conceitos no imaginário popular. Fazer um recorte da deficiência, entre outros grupos minoritários, justifica-se por ser essa porção da sociedade a principal responsável pelo surgimento e desenvolvimento do movimento inclusivista.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Graduada do Curso de Jornalismo da UNICENTRO, email: [suellengvieira@hotmail.com](mailto:suellengvieira@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UNICENTRO, email: [ariane\\_carla@uol.com.br](mailto:ariane_carla@uol.com.br)

Em um ambiente constantemente mediado pelos veículos de comunicação, a afirmação da identidade de um grupo depende, em grande parte, da sua visibilidade. Por entender que as identidades têm sua base nas construções discursivas, e que esse processo é caracterizado por relações de poder, a concepção foucaultiana de discurso é o principal apoio teórico dessa pesquisa. Ao falar sobre exclusão, Michel Foucault nos propõe uma ligação entre o conteúdo enunciativo e o desejo. Segundo essa relação, há uma preocupação da instituição vigente em selecionar, controlar e organizar a produção do discurso, no sentido de conjurar seus poderes e perigos. Em contrapartida, Foucault lança a possibilidade de construção de novos discursos, em detrimento daqueles primeiros, de exclusão.

Os profissionais da área de comunicação social e do jornalismo se caracterizam, nesse contexto, como agentes facilitadores da troca de informações com grande poder de penetração social – já que a mídia pode ser entendida como uma das mais influentes instituições pedagógicas da contemporaneidade. Por outro lado, quando eles não usam esse ‘poder’ da maneira correta – leia-se, livre de formações discursivas que remontam a discursos antigos, da exclusão –, podem reforçar ainda mais um estereótipo já existente, fazendo aumentar o preconceito.

Com a ajuda destas projeções é que realizo uma análise de cunho quantitativo das reportagens publicadas durante o período de dois meses no veículo impresso Folha de Londrina. O número de textos localizados e o tratamento dado ao tema – ou seja, a forma como ele é abordado – me levarão ao meu destino final, que é identificar os méritos e os principais problemas de cobertura, pelo jornal, acerca dos aspectos relacionados à deficiência. Em linhas gerais, o objetivo é compreender o papel do meio na ruptura de preconceitos.

De antemão, arrisco-me a propor que o alargamento das discussões sobre o paradigma inclusivista que observamos contemporaneamente, mesmo significativo, ainda não se traduz nem na abrangência, nem no ritmo desejados em oportunidades mais justas e igualitárias de participação social para as classes marginalizadas. No caso das pessoas com deficiência, historicamente atingidas pela segregação, isso não é diferente, e elas seguem invisíveis à maioria das recentes conquistas da cidadania.

Portanto, convocar uma ampla releitura das relações que regem a construção de uma sociedade democrática para que ela se alinhe ao crescente movimento de luta

contra todas as formas de exclusão social é um grande passo para reverter o impacto dessa herança discriminatória. Outra proposição é apontar caminhos para que a já referida mídia impressa possa responder à altura aos muitos desafios colocados pela questão, que envolvem da discussão de preconceitos à investigação de políticas públicas.

### **Deficiência, história e preconceito**

As classes ‘diferenciadas’, desde os tempos passados, têm suas oportunidades reduzidas devido ao preconceito, e são, portanto, marginalizadas pela sociedade. Michel Foucault (2004), em *A ordem do discurso*, reconhece alguns procedimentos de exclusão, dentre eles a chamada separação, que é a segregação da loucura e a rejeição.

durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada – rejeitada tão logo proferida; ou então nela se decifrava uma razão ingênua ou astuciosa, uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis. De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia. Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas (FOUCAULT, 2004, p.11).

Estes discursos aos quais se refere Foucault estão refletidos ainda hoje na sociedade, já que os espaços sociais não estão, de uma forma geral, bem distribuídos. No caso das pessoas com deficiência, há muitas dificuldades para modificar o estereótipo herdado ao longo dos tempos. Ora retratados como heróis, ora como vítimas, é secular a idéia de que essas pessoas sejam inválidas e sem competências profissionais. Num mundo que demanda o uso excessivo do corpo, a sua fragilidade as tornou insuficientes e elas foram classificadas como um peso morto para a sociedade.

São três os conceitos que sintetizam a história das pessoas com deficiência: a política de segregação, a política de integração e a política de uma sociedade inclusiva, aplicada hoje. Essas mudanças ao longo dos tempos acontecem, segundo Foucault (2004), porque as separações são arbitrarias e se organizam em torno de contingências históricas. Além de serem modificáveis, estão em perpétuo deslocamento, pois são sustentadas por um sistema de instituições, que as impõem e reconduzem.

Nos últimos anos, o mundo tem passado por uma transição onde os valores e as práticas sociais fundadas na dicotomia "normal" versus "anormal" vêm sendo substituídos pelo primado da diversidade humana, onde ser diferente é apenas uma das inúmeras probabilidades de ser humano. Em meio a esse cenário extremamente dinâmico dos grupos minoritários, tem se destacado um novo ideário: aquele que busca garantir a plena inclusão social. Constitui-se no marco legal, integrado à Constituição Federal Brasileira, e exige que as instituições criem espaços e oportunidades aos diversos grupos marginalizados da sociedade, tentando destruir barreiras raciais e étnicas.

Podemos considerar, neste momento, outro procedimento de exclusão identificado por Foucault, que é a vontade de verdade. Segundo ele, “as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade” (FOUCAULT, 2004, p.16). A inclusão social agora é vista como uma vontade de verdade, pois se apóia sobre um suporte institucional e é, ao mesmo tempo, reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas.

Se a vontade de verdade de cada época exerce influência nos discursos dessa mesma época, é fácil admitir que os meios de comunicação – uma mina inesgotável de discursos que se tecem e se espalham pela sociedade – adaptam-se a tais vontades. As grandes pautas surgem do interesse do jornalista em abordar um assunto que o público quer comprar, ou seja, um assunto pelo qual o público também se interessa e quer ler. Casos de abuso sexual, violência ou corrupção são alguns dos temas clássicos observados em diversos meios de comunicação. Mas e a deficiência? Existe um lugar para ela nas páginas dos jornais?

É bastante comum encontrarmos conotações de cunho assistencialista nas matérias jornalísticas sobre o tema. Quando a imprensa atribui direitos, privilégios e dádivas a essas pessoas, automaticamente, apresenta-as com uma imagem de coitadinhas, merecedoras de piedade e de ajuda material. Através da divulgação de campanhas, o que fica em evidência são as instituições ou entidades e, não, as próprias pessoas com deficiência como cidadãos, com toda a individualidade e particularidade que isso implica.

A não-visibilidade das pessoas com deficiência no âmbito das relações sociais é o que determina sua ausência na mídia, posto que, na lógica da indústria cultural, não existem necessidades a elas relacionadas. Sendo assim, o silêncio sobre elas é anterior e exterior aos veículos de comunicação, e suas poucas aparições ficam restritas às campanhas publicitárias para arrecadação de recursos para as instituições filantrópicas que veiculam mensagens que as representam como vítimas ou como heróis (SILVA, 2006, p.428).

Nesse ponto, podemos voltar à separação, procedimento de exclusão citado por Foucault, em que, de qualquer modo, excluída (vítima) ou secretamente investida pela razão (herói), no sentido restrito, a palavra do deficiente não existe. Não há espaço para essas vozes nos jornais.

Após refletir brevemente, seguindo uma cumplicidade teórica a Foucault, sobre a construção histórica de como se fabricou o ideário social do corpo deficiente, lanço-me, agora, num empreendimento de análise de textos jornalísticos que discursivizam sob a ótica do “politicamente correto” e tentam proclamar o grito da inclusão.

### **Folha de Londrina: um olhar sobre o *corpus***

A escolha do *corpus* deveu-se à pesquisa<sup>4</sup> realizada pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) em 2002, sobre os jornais do Brasil que mais publicaram matérias com foco em Deficiência. Entre 50 nomes, a Folha de Londrina ficou em oitavo lugar na classificação geral e, entre os jornais do Paraná, foi a primeira colocada, sendo, por esse motivo, trazida para tal estudo.

Os meses selecionados para esta análise foram fevereiro e março de 2009. A princípio, a consulta se daria em apenas um mês de publicação (março, no caso). Entretanto, no decorrer das leituras detectei que o dia 21 do referido mês é uma data alusiva justamente a um tipo de deficiência: o Dia Internacional da Síndrome de Down. Assim, foram publicadas reportagens relacionadas à data e ao tema nos dias 22 e 24 de março. Por conta disso, não poderia deixar de levar em consideração que a Folha de Londrina pudesse ter colocado o assunto em alta apenas por conta da ocasião, e não porque considera a pauta relevante. Para que a veracidade da pesquisa não fosse prejudicada, decidi que o mês anterior também seria considerado.

---

<sup>4</sup> A pesquisa foi realizada durante um processo que deu origem ao livro *Mídia e Deficiência*, organizado por Veet Vivarta. Mais detalhes sobre a pesquisa podem ser encontrados no próprio livro, que está disponível na *web* (ver endereço nas referências bibliográficas).

Em relação ao *corpus*, o primeiro passo foi a contagem de todo tipo de texto encontrado na Folha de Londrina no período selecionado com referência à temática. Foram encontrados 29 textos que abordavam a pessoa com deficiência de alguma forma, dos quais 11 em fevereiro e 18 em março. Dentre estes textos, 13 – seis em fevereiro e sete em março – representavam serviços, ou seja, uma boa parte das publicações acerca da temática tratava-se de textos informativos para/sobre as pessoas com deficiência.

Os outros 16 textos – cinco do mês de fevereiro e 11 do mês de março – receberam bastante atenção com relação à escrita e apuração. Alguns deles são também notas, mas revelam algum tipo de enunciação, opinião, enfim, propagam um discurso e, portanto, serão igualmente considerados. Importante destacar a existência de três textos que foram chamadas de capa.

### **Análise: o discurso inclusivista e a exclusão**

À moda foucaultiana, eu inicio essa conversa indagando: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2004, p.8). A proposta da análise que segue daqui em diante é tentar revelar caminhos para responder a essa difícil pergunta. As páginas dos jornais mais ajudam ou mais atrapalham na luta contra as antigas impressões tidas da deficiência? O olhar de Foucault para o discurso é:

longe de ser esse elemento transparente ou neutro, [...] as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2004, p.9 e 10).

Além dos já citados procedimentos de exclusão instituídos por Foucault (separação e vontade de verdade), existe outro que é o mais evidente e o mais familiar: a interdição, ou palavra proibida. É este procedimento que se relaciona com os textos analisados, pois, segundo ele, qualquer um não tem o direito de dizer qualquer coisa em qualquer circunstância. A interdição do discurso se relaciona com as relações de poder, pois são elas que determinam o que pode ou não pode e o que deve ou não deve ser dito.

E esse poder e esse dever estão ligados ao tema, ao interlocutor e à situação, ou seja, o que Michel Pêcheux chama de condições de produção e Michel Foucault chama de condições de possibilidade de um discurso.

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004, p.8 e 9).

Tendo em vista que os discursos dentro de um jornal envolvem diferentes condições de possibilidade, para facilitar ou tornar mais leal essa análise, entre inúmeros caminhos, optei por dividir os discursos sobre a deficiência, publicados no período, em três blocos: os proferidos pelo repórter, portanto pelo jornal; os proferidos pela pessoa com deficiência; e os proferidos pela pessoa sem deficiência. O primeiro vai trazer a forma como o jornalista ou quem escreve o texto toma o assunto e faz sua abordagem; o segundo revela, segundo as fontes entrevistadas nas reportagens em questão, como o próprio deficiente encara a sua situação; o último se refere aos discursos de outros entrevistados, que não possuem deficiência, mas que, de alguma forma, estão relacionados ou vinculados a ela.

Em cada um desses blocos foi aplicado e considerado o conceito de formação discursiva, principalmente segundo Foucault. A noção de formação discursiva aparece nos escritos foucaultianos pela primeira vez em 1969, no livro *A arqueologia do saber*, sendo tomada como um “conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadorees e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos” (SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p.50). Em uma formação discursiva os enunciados se repetem, mesmo em sua singularidade.

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 1986, p.43).

A seguir, estão alguns trechos analisados, referentes aos três blocos.

Em *Um trabalho para chamar de meu*, podemos começar a análise logo pelo texto da capa: “INCLUSÃO PROFISSIONAL: Portadores de deficiência intelectual *ainda lutam* contra a falta de profissionalização na busca por um emprego. Mas há boas notícias sobre empregabilidade dessas pessoas, que *mostram competência, apesar do preconceito*”. O primeiro grifo nos permite dizer que, se ainda há luta, é porque essa luta não é contemporânea, ela é fato há tempos. E o discurso do jornal revela o seu conhecimento sobre a longa trajetória da pessoa com deficiência (mesmo ali se referindo apenas à pessoa com deficiência intelectual), acusando a diferença entre estas pessoas e as pessoas não-deficientes. Isto é, a materialidade discursiva nos permite afirmar que se lutam é porque há dois lados envolvidos – os a favor de algo e os contra algo. Nesse caso, os deficientes, favoráveis à profissionalização e ao emprego e os não-deficientes, contra a empregabilidade dos deficientes. No segundo grifo, surge um questionamento (ou vários): Se elas começam a mostrar competência é por que antes não tinham? Ou só agora é que está sendo notada? De onde surgiu? Deve-se ao movimento inclusivista?

Presente também na capa, a reportagem *Esporte para mudar a vida dos especiais* divulga a importância das atividades físicas para o melhor desenvolvimento da pessoa com deficiência. São atendidas pouco mais de 100 crianças e adultos das cidades de Londrina, Arapongas e Rolândia em um projeto de extensão universitária<sup>5</sup> da Universidade Norte do Paraná (Unopar), “Porém, o número de crianças que participa de projetos semelhantes a esse ainda é pequeno. Muitas vezes, a culpa disso é da *superproteção* dos pais”. Com base em que o jornal faz esta afirmação? O texto não apresenta depoimento de nenhum pai, mãe ou especialista. A superproteção pode estar presente na criação, seja por parte dos pais de crianças com deficiência ou sem deficiência. Ao afirmar sem nenhum respaldo, o jornal está repetindo, mais uma vez, a formação discursiva que coloca o deficiente como alguém diferente, que precisa de mais cuidados que os ditos “normais”.

---

5

Segundo a enciclopédia *online* WIKIPÉDIA, “A extensão universitária ou acadêmica pressupõe uma ação junto à comunidade, disponibilizando ao público externo à Instituição o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos pelas Universidades. Essa ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado”. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Extens%C3%A3o\\_universit%C3%A1ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Extens%C3%A3o_universit%C3%A1ria)>. Acesso em: 23 ago. 2009.



No texto *Lendo partitura com as mãos*, a linha fina diz “Escrita em Braille para música *amplia os horizontes* dos estudantes cegos; em Londrina, escola particular ensina essa notação musical”. No primeiro parágrafo, o texto traz: “Como forma de *compensar a perda de um dos sentidos*, eles são privilegiados com audição e tato mais aguçados que o da maioria das pessoas”. Mas por que os horizontes são curtos se eles têm sentidos que compensam outros? O texto revela preconceito ao apontar uma condição inferior da pessoa com deficiência. Se os horizontes precisam ser ampliados é porque as possibilidades são pequenas para essas pessoas. E por que são em menor quantidade que as de uma pessoa dita “normal”? Porque lhes falta um sentido, porque, mais uma vez, o preconceito se mostra embutido no discurso da inclusão. Se ele não existisse, não haveria necessidade do discurso inclusivista, não seria necessária a diferenciação entre ouvintes e não-ouvintes, por exemplo.

Antes, a palavra do deficiente era totalmente anulada. Agora, com o movimento inclusivista, ela deve passar a ser ouvida. Mas isso significa uma efetiva inclusão? Conforme Foucault há um desnível entre texto primeiro e texto segundo; o chamado comentário, que é o ato de dizer além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito, então “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2004, p.26). E, aqui, os discursos voltam, na voz de outro sujeito (aquele que possui deficiência), mas não apresenta grandes mudanças. Em *Futuros professores começam a aprender Libras* talvez esteja o maior exemplo de vitimização da pessoa com deficiência para com ela própria encontrada na análise. Uma deficiente auditiva quando contratada para dar aulas de Libras para professores relata: “Quando recebi o convite fiquei preocupada. Tinha medo de não ser respeitada”. Isso demonstra uma insegurança proveniente do preconceito imbricado inconscientemente nas palavras daquele que possui a deficiência. Mesmo quando ele não sofre a discriminação, seu discurso culmina em lembrar o difícil processo vivido por tal grupo social. Segundo a professora de Libras, o preconceito ainda é grande e a sociedade precisa rever alguns conceitos, e menciona as seguintes palavras: “muita gente acha que os surdos são pessoas inferiores”. Ela ainda afirma estar acostumada com a indiferença e a falta de conhecimento de algumas pessoas e diz que ignora certas atitudes. Mas, ao aceitar uma condição sem hesitar, sem reagir, simplesmente se ‘acostumando’, ela está sendo cúmplice do preconceito.

O padre deficiente auditivo que trabalha em prol da deficiência, da matéria *Na luta pela inclusão*, coloca: “Queremos que se sintam mais acolhidos pela sociedade. Todos temos capacidades, mas que ficam *escondidas*”. Provavelmente essas capacidades não são mostradas pela falta de espaço e liberdade dentro da sociedade para que as pessoas com deficiência sintam-se a vontade. A formação discursiva em que se encaixa esse discurso é o de exclusão-inclusão, pois o próprio deficiente está reforçando a exclusão e clamando pela necessidade da inclusão – que só existe porque há exclusão. Então, ele, como os outros casos mostrados acima, reforçam a segregação. Resta questionar se o deficiente se vitimiza o tempo todo ou se o jornal/jornalista seleciona como citações apenas as falas onde essa vitimização se mostra. De qualquer forma, é preciso ressaltar que se elas estão ali é porque existem de fato, nem o próprio deficiente deixa de fazer a separação e se ver como diferente.

Já que as próprias pessoas com deficiência carregam inconscientemente um discurso preconceituoso – e mesmo ao protestar contra o preconceito – não é difícil encontrar também discursos preconceituosos nas falas de outros entrevistados, que não possuem deficiência. Apesar de muitos deles serem especialistas na questão, ainda perdura um léxico que reforça estereótipos.

A reportagem *Esporte para mudar a vida dos especiais* traz a fala do professor de educação física: “Para trabalhar com crianças especiais, você tem que ser um professor bem resolvido e com objetivos mais claros, além de ter virtudes como paciência, responsabilidade e solidariedade. Professores sem o perfil caem na área e dão os exercícios muito rápido e *as crianças ‘não pegam’*. Precisa planejamento para trabalhar com *defasagens*”. Os termos utilizados pelo professor remetem de forma brusca ao problema da deficiência e, mais uma vez, mostram preconceito. O deficiente não acompanha o ritmo dos normais, mas cada ser humano não tem um ritmo diferenciado? Essas pessoas são tão diferentes dos não-deficientes que, para trabalhar com elas, precisa-se ter paciência e solidariedade? Paciência para aguentar as defasagens e a lentidão, já que elas ‘não pegam muito rápido’, e solidariedade, compaixão, doação para estar ao lado delas, porque, por características próprias, elas não têm condições de convívio com os ditos “normais”?

Após todas essas reflexões acerca dos discursos proferidos pelo jornal, seja através da voz do jornalista ou das fontes entrevistadas, podemos chegar a alguns

resultados, que não são estáveis, nem constantes e nem absolutos. Afinal, “não há, de um lado, a categoria dada uma vez por todas, dos discursos fundamentais ou criadores; e, de outro, a massa daqueles que repetem, glosam e comentam” (FOUCAULT, 2004, p.23). Neste contexto, nos surge mais um conceito criado por Foucault: o da disciplina – ela enquanto proposta de novos discursos, mas que difere do conceito de comentário, que vimos anteriormente.

em uma disciplina, diferentemente do comentário, o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, **proposições novas** (FOUCAULT, 2004, p.30, grifo meu).

Ao ler estas linhas escritas por Foucault, em um primeiro olhar podemos associá-las à inclusão social – que se enquadra como uma nova proposição. Mas a disciplina, como o próprio nome já diz, é uma maneira de “adestrar”, de dizer o que é certo e o que é errado. Somos “disciplinados”, desta forma, pelas formações discursivas em circulação na nossa sociedade, e as formações discursivas encontradas no discurso atual (da inclusão) remontam a discursos antigos (da exclusão), conforme a análise das reportagens nos mostrou. Mesmo quando há um “controle” da produção do discurso, a segregação continua “vazando” nas falas. A mídia, ao “cumprir” seu papel no movimento inclusivista, qualifica/prepara seus profissionais com o “discurso politicamente correto”, que nada mais é do que uma maquiagem da formação discursiva calcada na existência da exclusão. Ainda que se queira acabar com o preconceito, os discursos inconscientes deixam transparecer uma ideologia em que o preconceito não está de um todo exterminado. Por ser a ideologia estruturante, o sujeito não sabe quando foi interpelado por ela e nem que a segue, não porque escolheu, mas porque foi “escolhido”. Portanto, quem fala pelo sujeito é a ideologia, que se manifesta no discurso e que não pode ser alcançada por este sujeito.

Então, o sujeito-jornalista como qualquer outro sujeito pode até imaginar que controla seu discurso, mas a ideologia acaba “vazando”. Ou seja, os meios de comunicação, jornais e jornalistas só não estarão filiados, inconscientemente, à formação discursiva da exclusão quando, efetivamente, esta formação discursiva e também a da inclusão deixarem de existir; quando uma nova formação discursiva se

tornar “preponderante” na sociedade: a da igualdade – não no sentido de querer e pregar a igualdade, mas de não se enxergar diferenças, deficiências, nem normalidade.

### **Considerações finais**

Finalmente, estamos no ponto de chegada. Chegada? O questionamento inicial era “As páginas dos jornais mais ajudam ou mais atrapalham na luta contra as antigas impressões tidas da deficiência?”, no entanto, não consigo enxergar maneira de responder a essa pergunta de forma objetiva. Afinal, filiei-me teoricamente a Foucault, que não acredita que a ciência deva gerar respostas, o que ele – e eu – espera é que a ciência gere questionamentos e pluralidade de gestos de interpretação. Nesse sentido, ao trazer a teoria e suas inquietações que levaram a temática para a discussão, quero apontar novas inquietações, propor novas discussões.

Sem pretensão de encontrar a verdade, me propus a executar uma tarefa parecida com a de Foucault – e me baseando no próprio – para perceber os jogos de poder que possibilitam nossa época articular sob a bandeira da inclusão, isto é, para identificar as formações discursivas que vêm contribuindo para definir o nosso tempo. E, pelo menos na mídia, representada pelo Jornal Folha de Londrina, essas formações discursivas estão repletas de “vazamentos” do discurso antigo da exclusão, ainda que “mascarados” pelo (novo?) discurso inclusivista.

Como vimos, as retóricas da inclusão foram motivadas pelo movimento dos deficientes como uma minoria que foi buscar seus direitos sociais, e estão sustentadas pelas organizações que mobilizam politicamente estas reivindicações. Mas é importante entender que tanto a inclusão quanto a exclusão dão no mesmo, porque propostas na sociedade disciplinar ou na sociedade de controle, elas pretendem coibir as resistências, tentam fechar as brechas por onde vazam as potências incontroláveis, desconhecidas e insubmissas. O normal só pode existir pela interface com o anormal, e estes só existem na ideia solidificada da norma.

Apesar de trazer uma problematização do discurso midiático inclusivo – lembrando que me preocupo, aqui, não com a gramaticalidade, nem tampouco com a veracidade, mas sim com o contexto, o sujeito e o referencial, ou seja, a formação discursiva que faz com que não seja qualquer coisa que pode ser dita – não desejo recusar as lutas da mídia, menos ainda continuar compactuando com as formas

históricas de segregação e de violação do deficiente. O maior anseio é ajudar a pensar a questão da diferença sob outras óticas, nas quais ela não deslize do sistema e não precise ser reconhecida, incluída.

Ainda insistindo na pergunta inicial, os meios de comunicação de massa exercem ampla abrangência e grandes impactos na sociedade, fato que, por si só, é um mérito enorme quando se trata de mobilizar pessoas a favor ou contra uma ideia. Se levarmos em consideração apenas isso, a mídia deve ser enquadrada, então, como grande combatadora de preconceitos e paradigmas. Mas enquanto a ideologia da exclusão permanecer no inconsciente do jornalista, do deficiente e da sociedade como um todo, não haverá inclusão, apenas ela será forçada, será uma ilusão.

Como apagar essa ideologia é que se torna o maior questionamento. A inclusão ainda não é e talvez nunca venha a ser uma real vontade de verdade. Até porque ignorar as diferenças e as necessidades distintas de cada ser humano é o mesmo que banalizar a espécie, uniformizar todas as pessoas como detentoras dos mesmos desejos, das mesmas vontades. Para que os limites da produção de informação de qualidade dirigida às pessoas com deficiência se expandam, os jornalistas precisariam conhecer melhor as preferências e desejos desse segmento da sociedade, e o mercado editorial dar mais atenção ao mesmo.

A mídia teria que apresentá-los como cidadãos positivos e produtivos; consumidores que querem falar de lazer, educação, mercado de trabalho como qualquer outra pessoa. Por que não colocar essas pessoas em comerciais, em capas de revistas ou apresentando um programa de TV, sem que haja uma política assistencialista por trás disso? Seria muito interessante que o jornalista trouxesse à tona a questão da pessoa com deficiência através de novos enfoques: ouvir a opinião delas sobre beleza, comportamento, sexualidade, moda, música, dança...; ouvir seus hábitos que, mesmo que diferentes – assim como são diferentes os hábitos entre os não-deficientes –, podem trazer ao público a visão de uma nova identidade e fazer com que eles se unam através das afinidades.

Assim, observando o que está posto, me parece que, mesmo não chegando a uma resposta objetiva, a relevância dessa pesquisa é inquestionável, não apenas pelas reflexões e considerações realizadas aqui, mas pela oportunidade de suscitar novos debates e discussões. Sem dúvidas, como jornalistas, é fundamental estarmos atentos

aos movimentos de luta social e como eles se engendram na mídia. E é desta forma que finalizo esse estudo, invocando novas (e novamente estas) reflexões.

## REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: teoria e metodologia. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

ESCOLA DE GENTE. **Manual da Mídia Legal**: Comunicadores pela inclusão. Rio de Janeiro: WVA, 2002. Disponível em: <<http://store-escoladegente.locasite.com.br/loja/pdf/mml1.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Elementos do anti-semitismo**. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (Orgs.). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

PÊCHEUX, Michel. *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspéro, 1975. Edição brasileira: **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et. al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

SANTOS, Waldir C. S. Dos. **A deficiência mental no imaginário social**: termos, imagens, conceitos, definições e classificações. In: *O Difícil Processo de Ressignificação da Deficiência Mental: Os Profissionais Falam de Sua Prática*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1995. Disponível em: <<http://www.profala.com/artto7.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

SILVA, Lucilene M. **O estranhamento causado pela Deficiência**: preconceito e experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Bahia, v. 11, n. 33, p. 424-434, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a04v1133.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

VIVARTA, Veet. (Coord.) **Mídia e Deficiência**. Brasília: ANDI; Fundação Banco do Brasil, 2003. Disponível em: <[http://www.andi.org.br/\\_pdfs/Midia\\_e\\_deficiencia.pdf](http://www.andi.org.br/_pdfs/Midia_e_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2008.

WIACEK, Juslaine de Fátima N. **Fora do ar, o devir-outro**. E, na mídia, a (d)eficiência em cena em mais um programa para normalizar a diferença. Dissertação de Mestrado. UEM: Maringá, 2004.

**Corpus**

AGÊNCIA BRASIL. Seminário discute direitos sexuais de deficientes. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 mar. 2009. Geral, p.6.

BONATO, Mariane. Ressocialização. **Folha de Londrina**, Londrina, 26 mar. 2009. Cidades, p.2.

BONINI, Paula C. Futuros professores começam a aprender Libras. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 mar. 2009. Cidades, p.1.

COMO lidar com as diferenças. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 mar. 2009. Cidades, p.3.

GUERIN, Mariana. Empresário defende oportunidade para todos. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 fev. 2009. Cidades, p.1.

GUERIN, Mariana. Estado oferece capacitação pelo Sistema S. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 fev. 2009. Cidades, p.1.

GUERIN, Mariana. Um trabalho para chamar de meu. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 fev. 2009. Cidades, p.1.

MAZZINI, Fernanda. Dia de conscientização sobre as diferenças. **Folha de Londrina**, Londrina, 22 mar. 2009. Cidades, p.12.

MOSSINI, Thiago. Esporte para mudar a vida dos especiais. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 mar. 2009. Esportes, p.4.

NA LUTA pela inclusão. **Folha de Londrina**, Londrina, 22 fev. 2009. Cidades, p.3.

NASCIMENTO, Ana Paula. Lendo partitura com as mãos. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 mar. 2009. Folha 2, p.6.

NASCIMENTO, Ana Paula. Tom Jobim ‘londrinense’. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 mar. 2009. Folha 2, p.6.

O QUE foi dito (No Paraná). **Folha de Londrina**, Londrina, 20 mar. 2009. Opinião, p.2.

PAIOLI, André. Acessibilidade. **Folha de Londrina**, Londrina, 26 mar. 2009. Cidades, p.2.

PARATLETAS paranaenses recebem homenagem. **Folha de Londrina**, Londrina, 06 fev. 2009. Esportes, p.4.

ROCHA, Júlio. Meu presente para o Brasil - Acesso aos deficientes. **Folha de Londrina**, Londrina, 25 mar. 2009. Opinião, p.3.